

Prefácio à quarta edição

Eduardo Jardim

A geração dos que tinham pouco mais de vinte anos em 1973, quando Foucault fez estas conferências na PUC-Rio, presenciou duas viradas no cenário político e intelectual dos últimos quarenta anos. A primeira, anunciada nessas conferências, significou o abandono das concepções totalizantes, que unificavam todas as experiências, especialmente a histórica e a política. Foi a chamada crise das “grandes narrativas”. Esta primeira ruptura resultou, frequentemente, em uma reavaliação do campo da política, o qual passou a ser visto como uma rede de capilaridade expandida, estendendo-se muito além dos aparelhos do estado. Foram formuladas naquele momento, em uma retórica de aberta contestação, novas estratégias, muito mais pontuais, de luta política. Correntes como a antipsiquiatria, os movimentos das mulheres e dos gays, os debates sobre o sistema prisional e as primeiras manifestações “verdes” multiplicaram-se pelo mundo com o propósito de liquidar o controle dos poderes disseminados.

Morto em 1984, Foucault não chegou a presenciar a segunda onda de mudanças políticas, iniciada aproximadamente no início dos anos 1990. A partir daquele momento, deu-se a incorporação, pelo sistema político, da maior parte das reivindicações das décadas anteriores que, com isso, perderam sua força de contestação. Para

utilizar uma expressão cara a Foucault, ocorreu a “normalização” daquelas propostas e, mais uma vez, o *establishment* venceu.

Esta apresentação do conjunto das cinco conferências, *A verdade e as formas jurídicas*, feitas na PUC-Rio em maio de 1973, tem como pano de fundo esse panorama da política e da vida intelectual nas últimas décadas. Apresenta uma indagação sobre o ponto em que nos encontrávamos quando Foucault as proferiu. Também recorda e avalia o impacto provocado nas nossas mentes por aquelas palavras ouvidas ao longo de uma semana, num dos momentos mais duros da ditadura militar. Por último, considera a dimensão literária dos escritos de Foucault.

Na primeira conferência, de caráter preparatório, Foucault faz a crítica ao que chama de “marxismo universitário”. O que o teria levado a restringir o comentário sobre a grande narrativa marxista à sua versão acadêmica? Existem razões conceituais, políticas e de circunstância. Nestas conferências, o filósofo partilha com os comunistas o propósito de denunciar a exploração capitalista, que, para ele, continua sendo a base das sociedades modernas. É verdade que ele se afasta da visão marxista excessivamente limitada da política. Porém, seus breves comentários sobre a União Soviética e sobre a China comunista revelam que ele atribuía o insucesso da revolução soviética unicamente ao fato de ela nunca ter alterado o conjunto das relações de poder nas várias instâncias da sociedade russa, tendo se concentrado apenas no aparato estatal. No caso da China, em uma declaração ingênua até mesmo para os padrões da época, ele avalia positivamente a Revolução Cultural, pois reconhece que ela teria ampliado o campo da política para além do âmbito do Estado. Foucault tinha sido filiado ao Partido Comunista Francês. Nas conferências de 1973, ele não demonstra intenção de romper com o marxismo, mas de renová-lo e de ampliar sua teoria política.

Um outro fator pode ter levado o filósofo a atenuar sua crítica do marxismo. Ele devia saber que o numeroso público que acorria às suas palestras no Brasil era constituído de intelectuais

de esquerda, que dispunham quase só da literatura marxista para justificar a contestação da ditadura militar. Foucault preferiu ceder, ao menos aparentemente, às convicções de seu público. Isto lhe possibilitaria manter com ele um diálogo proveitoso, coisa que, aliás, não aconteceu. Uma atitude parecida caracterizou suas declarações sobre a Psicanálise. Foucault saudara a publicação de *O Anti-Édipo*, de Deleuze e Guattari e de *O Psicanalismo*, de Robert Castel, livros que ressaltavam a relação de poder envolvida na prática analítica. Em *A verdade e as formas jurídicas*, no entanto, o filósofo mostra-se reverente com a Psicanálise.

Foucault investiu contra dois pontos da teoria marxista – as noções de ideologia e de política. Como se sabe, o marxismo é uma filosofia que pretende explicar o conjunto da história humana e uma teoria que vê cada sociedade como variante de um único modelo. Todas as sociedades são formadas por um nível estrutural – o sistema produtivo organizado segundo determinadas relações de exploração – e pelas superestruturas política (os vários tipos de Estado) e ideológica. À medida que ocorrem, ao longo da história, mudanças no plano estrutural, também as superestruturas política e ideológica se alteram.

A discordância de Foucault com o marxismo diz respeito à posição da política e da ideologia como instâncias superestruturais. Ele considera que estas noções são inadequadas para descrever as sociedades contemporâneas. Os marxistas encaram a ideologia como o reflexo, no plano das ideias, da estrutura de dominação. É conhecida a afirmação de Marx de que as ideias dominantes são aquelas da classe dominante. Assim, as ideias não teriam um estatuto próprio. Por sua vez, a teoria política de Marx e seus seguidores considera o Estado como a única dimensão da política. O aparato estatal, sendo superestrutural, repete, no plano institucional – nos tribunais, na polícia, no parlamento etc. – a dominação de uma classe sobre a outra.

Foucault contrapõe a estas concepções uma perspectiva muito mais complexa e esclarecedora. Para ele, as ideias não são

apenas marcadas pelos interesses políticos da classe dominante, mas são elas próprias produtoras de mecanismos de dominação. Ao analisar as ciências humanas formadas nos séculos XIX e XX, como a Psicologia e a Sociologia, o filósofo comenta que, a partir das observações feitas por elas, foram criadas novas formas de controle dos indivíduos que resultaram em ganhos para o sistema capitalista. A expressão saber-poder foi cunhada pelo filósofo para sublinhar esta imbricação das práticas discursivas com os dispositivos de poder.

Por outro lado, ao considerar a experiência política, ele observa que ela não se resume ao que se passa nos aparelhos do Estado. O poder encontra-se disperso por toda parte: ele está presente nos discursos das ciências, nas várias instituições e até na organização familiar. A principal contribuição de Foucault foi a descrição das sociedades contemporâneas como disciplinares. Atualmente, o poder é exercido de maneira polimorfa ou polivalente. É, ao mesmo tempo, econômico, político, judiciário e epistemológico. Estas várias formas de poder organizam o tempo e administram os corpos dos indivíduos para assegurar o sucesso da exploração. Foucault mostrou que o modelo das sociedades contemporâneas é o panóptico, uma instituição em que se é vigiado o tempo todo, descrita, pela primeira vez, por Jeremy Bentham, o pensador inglês do século XVIII. Foucault o considerava, de forma provocadora, mais importante do que Hegel para descrever o mundo atual.

O pensamento de Foucault entusiasmou um grande número de jovens universitários na França, em diversos outros países e no Brasil – que ele visitou de novo no ano seguinte destas conferências. Os trabalhos inspirados por suas teses versaram sobre vários aspectos da sociedade disciplinar – o regime carcerário e hospitalar, a instituição psiquiátrica, a repressão sexual e muitos outros. Um vento novo soprava nos estudos históricos e nas ciências sociais.

Foucault quis que sua obra fosse uma intervenção política. Em suas pesquisas, ele pretendeu pôr a descoberto as formas

sutis de dominação dos micropoderes e, assim, contribuir para a definição de novas estratégias de luta. As ideias de Foucault tiveram alguma importância nesse sentido. Por outro lado, seu pensamento acompanhava as transformações política e intelectual de um período que via surgir os movimentos alternativos, como o das minorias sexuais. Nos anos 1970, abria-se uma perspectiva nova sobre as sociedades contemporâneas, com forte preocupação de contestação.

As décadas seguintes da história mundial se caracterizaram por um processo de “normalização” das reivindicações surgidas depois de Maio de 1968. Também a leitura de Foucault foi “normalizada”. Muitas teses que haviam sido formuladas em tom libertário puderam ser absorvidas pelo sistema e perderam sua força de contestação. De algum modo, Foucault antecipou o que se passaria depois de sua morte. Uma passagem de *A verdade e as formas jurídicas* distingue dois tipos de utopia. “De fato há duas espécies de utopia: as utopias proletárias socialistas que têm a propriedade de nunca se realizarem, e as utopias capitalistas que têm a má tendência de se realizarem frequentemente” (p. 109).

Na PUC-Rio há um auditório moderno e imponente, num prédio dos anos 1960, construído para abrigar o computador central da universidade, no qual se realizam os eventos mais importantes da vida acadêmica. Foi nesta sala, completamente tomada pelo público, com todos os assentos e os degraus das escadas ocupados, que Foucault fez este ciclo de palestras, de 21 a 25 de maio de 1973. A afluência de público foi tão grande que um grupo de estudantes, do lado de fora, exigiu em coro seu ingresso na sala já lotada. Depois de entendimentos com o conferencista, o acesso foi liberado. Foucault tinha sido convidado pelo Departamento de Letras da universidade, cujo diretor na época era Affonso Romano de Sant’Anna. Naqueles anos, a PUC vivia uma fase liberal e abrigava em seu corpo docente professores impedidos de lecionar nas universidades públicas. A história dessa universidade é politicamente oscilante e dependeu muito dos acontecimentos que se passaram fora do *campus*. Poucos

anos depois destas conferências, em 1980, em um momento de reforço da autoridade, alguns desses professores – como Roberto Machado, um dos tradutores das conferências – foram expulsos da universidade.

O público que lotava o RDC era composto de professores e alunos da universidade e também de pessoas de fora – intelectuais de destaque na vida da cidade. Tudo isto ocorria no momento mais duro do regime militar. A repressão se abatera sobre os grupos de esquerda, causando numerosas baixas. Havia também a repressão dos costumes na forma de censura. Hoje nos perguntamos perplexos sobre o sentido de proibir a exibição de filmes de Bertolucci e a foto de corpo inteiro de Ney Matogrosso. Do ponto de vista da renovação dos costumes, os próprios grupos de esquerda eram muito rígidos e conservadores. Tudo isto fez com que as conferências de Foucault tivessem um significado libertário.

Tudo era novo para nós. Conhecíamos do filósofo apenas *As palavras e as coisas*. Víamos ali um ponto de vista inovador sobre a história das ciências, mas nunca imaginamos que ele alargaria sua pesquisa daquela forma inesperada. A reação à apresentação de Foucault naqueles dias expressa esta surpresa. Pode-se notar no debate, depois das conferências, que nenhuma das intervenções revela compreensão do que se tinha escutado. Nos anos seguintes, com o conhecimento de novas publicações – especialmente de *História da Sexualidade* – isso mudou e Foucault passou a ser um tópico obrigatório dos cursos de ciências humanas.

Era impressionante o poder de expressão de Foucault naquelas conferências. Muitos já comentaram o estilo de seus ensaios. A importância literária de sua obra foi ressaltada por autores do porte de Maurice Blanchot, que se refere também ao depoimento de Roger Caillois. Ele próprio achava que era um ensaísta, tendo definido o ensaio como “experiência modificadora de si no jogo da verdade, e não como apropriação simplificadora

de outrem para fins de comunicação”. Na mesma passagem, afirmou que o gênero ensaístico é “o corpo vivo da filosofia, se, pelo menos, ela for ainda hoje o que era outrora, ou seja, uma ‘ascese’, um exercício de si, no pensamento.”¹

Poucos tiveram a sorte de experimentar o impacto da presença viva do Foucault conferencista. Como qualificar um palestrante que inicia sua fala afirmando que vai dizer coisas falsas e errôneas e que pede de seu público indulgência e maldade? Havia uma entonação na fala do filósofo ao mesmo tempo de grande insistência – Foucault gostava das reiteraões – e de irresistível sedução. A certa altura do debate com o público, o filósofo confessou sua admiração pelos sofistas e falou da necessidade de se rever o lugar da retórica na Filosofia. Foucault acreditava, como os sofistas, no poder das palavras e o usava com uma destreza que eu nunca mais vi.

1 FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 2: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984. p. 13.



**A
VER-
DADDE**
e as formas jurídicas

Conferências

1

O que gostaria de dizer-lhes nestas conferências são coisas possivelmente inexatas, falsas, errôneas, que apresentarei a título de hipótese de trabalho; hipótese de trabalho para um trabalho futuro. Pediria, para tanto, sua indulgência e, mais do que isto, sua maldade. Isto é, gostaria muito que, ao fim de cada conferência, me fizessem perguntas, críticas e objeções para que, na medida do possível e na medida em que meu espírito não é ainda rígido demais, possa pouco a pouco adaptar-me a elas; e que possamos assim, ao final dessas cinco conferências, ter feito, em conjunto, um trabalho ou eventualmente algum progresso.

Apresentarei hoje uma reflexão metodológica para introduzir esse problema, que sob o título de *A verdade e as formas jurídicas*, pode-lhes parecer um tanto enigmático. Tentarei apresentar-lhes o que no fundo é o ponto de convergência de três ou quatro séries de pesquisas existentes, já exploradas, já inventariadas, para confrontá-las e reuni-las em uma espécie de pesquisa, não digo original, mas pelo menos, renovadora.

Em primeiro lugar, uma pesquisa propriamente histórica, ou seja: como se puderam formar domínios de saber a partir de práticas sociais? A questão é a seguinte: existe uma tendência que poderíamos chamar, um tanto ironicamente, de marxismo acadêmico, que consiste em procurar de que maneira as condições econômicas de existência podem encontrar na consciência dos

homens o seu reflexo e expressão. Parece-me que essa forma de análise, tradicional no marxismo universitário da França e da Europa, apresenta um defeito muito grave: o de supor, no fundo, que o sujeito humano, o sujeito de conhecimento, as próprias formas do conhecimento são de certo modo dados prévia e definitivamente, e que as condições econômicas, sociais e políticas da existência não fazem mais do que depositar-se ou imprimir-se neste sujeito definitivamente dado.

Meu objetivo será mostrar-lhes como as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento. O próprio sujeito de conhecimento tem uma história, a relação do sujeito com o objeto, ou, mais claramente, a própria verdade tem uma história.

Assim, gostaria particularmente de mostrar como se pôde formar, no século XIX, um certo saber do homem, da individualidade, do indivíduo normal ou anormal, dentro ou fora da regra, saber este que, na verdade, nasceu das práticas sociais, das práticas sociais do controle e da vigilância. E como, de certa maneira, esse saber não se impôs a um sujeito de conhecimento, não se propôs a ele, nem se imprimiu nele, mas fez nascer um tipo absolutamente novo de sujeito de conhecimento. Podemos dizer que a história dos domínios do saber em relação com as práticas sociais, excluída a preeminência de um sujeito de conhecimento dado definitivamente, é um dos primeiros eixos de pesquisa que agora lhes proponho.

O segundo eixo de pesquisa é um eixo metodológico, que poderíamos chamar de análise dos discursos. Ainda aqui existe, parece-me, em uma tradição recente, mas já aceita nas universidades europeias, uma tendência a tratar o discurso como um conjunto de fatos linguísticos ligados entre si por regras sintáticas de construção.

Há alguns anos foi original e importante dizer e mostrar que o que era feito com a linguagem – poesia, literatura, filosofia,

discurso em geral – obedecia a um certo número de leis ou regularidades internas – as leis e regularidades da linguagem. O caráter linguístico dos fatos de linguagem foi uma descoberta que teve importância em determinada época.

Teria então chegado o momento de considerar esses fatos de discurso, não mais simplesmente sob seu aspecto linguístico, mas, de certa forma – e aqui me inspiro nas pesquisas realizadas pelos anglo-americanos – como jogos (*games*), jogos estratégicos, de ação e de reação, de pergunta e de resposta, de dominação e de esquiva, como também de luta. O discurso é esse conjunto regular de fatos linguísticos em determinado nível, e polêmicos e estratégicos em outro. Essa análise do discurso como jogo estratégico e polêmico é, a meu ver, um segundo eixo de pesquisa.

Enfim, o terceiro eixo de pesquisa que lhes proponho, e que vai definir, por seu encontro com os dois primeiros, o ponto de convergência em que me situo, consistiria em uma reelaboração da teoria do sujeito. Essa teoria foi profundamente modificada e renovada, ao longo dos últimos anos, por um certo número de teorias ou, ainda mais seriamente, por um certo número de práticas, entre as quais, é claro, a psicanálise se situa em primeiro plano. A psicanálise foi certamente a prática e a teoria que reavaliou da maneira mais fundamental a prioridade um tanto sagrada conferida ao sujeito, que se estabelecera no pensamento ocidental desde Descartes.

Há dois ou três séculos, a filosofia ocidental postulava, explícita ou implicitamente, o sujeito como fundamento, como núcleo central de todo conhecimento, como aquilo em que e a partir de que a liberdade se revelava e a verdade podia explodir. Ora, parece-me que a psicanálise pôs em questão, de maneira enfática, essa posição absoluta do sujeito. Mas se a psicanálise o fez, em compensação, no domínio do que poderíamos chamar teoria do conhecimento, ou no da epistemologia, ou no da história das ciências ou ainda no da história das ideias, parece-me que a teoria do sujeito permaneceu ainda muito filosófica, muito cartesiana e kantiana, pois no nível de generalidade em que